

## A EMANCIPAÇÃO DO NEGRO E O PAPEL DA MAÇONARIA

*Frederico Guilherme Costa*

A presente comunicação diz respeito ao trabalho que estamos desenvolvendo no Curso de Mestrado oferecido por esta Academia [UERJ]. Estamos lidando com a História de determinada instituição que se encontra no limbo da Universidade e velada por seus seguidores em função do seu caráter, no mínimo reservado: a Maçonaria. Dentro de uma exigência teórica, entretanto, encontramos maçons escrevendo sobre a Maçonaria sem os pressupostos mínimos metodológicos ao lado dos profissionais da história, pouco interessados, alguns, outros impossibilitados, por falta de informações, para tratar adequadamente da pesquisa. Nas palavras do Professor Ricardo Mário Gonçalves (USP)

*Existe uma séria defasagem entre estudos maçônicos e estudos históricos em geral. Os historiadores acadêmicos com freqüência mencionam a Maçonaria sem conhecê-la bem e os estudiosos maçons, desconhecendo os métodos de trabalho de historiador e as modernas tendências e novas abordagens da historiografia, produzem trabalhos pouco críticos, raramente ultrapassando o nível da história factual.*

Nossa escolha recaiu sobre o século XIX, porque aquele tempo histórico se apresenta, no nosso entendimento, bastante interessante para uma compreensão daquela Maçonaria. Mas há que se definir, inicialmente, o significado do pensamento daqueles maçons que promoveram a emancipação política do Brasil e trabalharam pela emancipação dos escravos.

### O PENSAMENTO E AS IDÉIAS

Temos como correta a influência das idéias francesas entre os intelectuais do país, conseqüentemente nos maçons, sem desconsiderar a possibilidade de que a filosofia no Brasil imperial foi um luxo de uma elite rica e ilustrada e que a Maçonaria, desde os primeiros movimentos de emancipação,

representou um reduto destes senhores fecundos em idéias. Por todo o século XIX, a influência francesa será sistemática.

Segundo informa João Cruz Costa

*(...) o ecletismo foi, (...) no Brasil, mais que o positivismo, a 'filosofia que mais extensas e profundas raízes encontrou na alma brasileira' e, ainda no fim do Império, ele tinha vigência, se não a tem até hoje.<sup>1</sup>*

O ecletismo se apresentava como conciliador de opiniões. Convinha aos interesses das velhas oligarquias que queriam reformas, mas sem a revolução.

Sem negar a influência do positivismo, datado de antes de 1850, Cruz Costa acredita que exagerou-se a influência dele na formação intelectual daquela geração, na firme convicção de que a maioria dos positivistas aderiu apenas ao espírito cientificista da época.<sup>2</sup>

Sérgio Buarque de Holanda<sup>3</sup> reconhece a importância da Maçonaria na independência, destacando o papel que os maçons puderam desempenhar no movimento de libertação. Afirma, ainda, que a partir de 1852, esta importância entrou em declínio

*(...) confundindo-se com ela (...) uma doutrina [positivismo], também agnóstica e que na era do Progresso, visava a nada menos do que à regeneração da Humanidade pela Ciência.<sup>4</sup>*

Admite-se que a Maçonaria, dita especulativa, nasceu sob o impacto das luzes que iluminavam a Europa dos setecentos. Seus membros viveram as grandes transformações que se operaram no mundo. O absolutismo estava moribundo, mas o *esclarecimento* não alcançava a todos indistintamente. Assim, tivemos, no Brasil, maçons de tendências conservadoras ao lado de alguns bastante liberais. Sem uma ideologia definida, a Maçonaria caminhou, passo a passo, com a

idéia dominante das elites brasileiras, apesar de ter representado uma ponta de modernidade ao defender a emancipação dos escravos e apoiar discretamente a República, notadamente a partir de 1870.

Tratar da história das idéias da Maçonaria no Brasil é, também, descrever a importação das idéias alienígenas. São elas que vão gerar o ideário formativo do pensar maçônico, sendo, naturalmente, um reflexo, ainda que muito particular, da Ilustração própria das luzes. Assim, num processo de longa duração na evolução que se apresenta nas idéias maçônicas brasileiras, desde o advento da Independência, os maçons acabam por representar um papel carbonado do pensamento europeu.

A Maçonaria, trazida para o Brasil pelos filhos das elites foi, num primeiro momento, francesa e deísta. Tratava-se de uma Maçonaria que defendia uma religião natural que procurava, pelo menos nos seus fundamentos teóricos, igualar todos os homens, que não negava a existência de um Deus único, neutro, chamado de Supremo Arquiteto do Universo. Em um segundo momento, notadamente a partir de 1850, novas idéias começaram a se fazer sentir nas Lojas e na elite da Maçonaria brasileira: o positivismo que marcou o momento de maior transformação da mentalidade de uma nova burguesia e que possibilitou um desvio do político da Maçonaria brasileira na direção do interesse humano. Visto sob este aspecto, talvez o declínio apontado por Sérgio Buarque de Holanda tenha sido uma mudança de rota dos maçons, naquele momento histórico, na direção do humanismo contido na filosofia moral que buscava descobrir o homem pelo homem.

Este humanismo, que não deve ser, necessariamente, confundido com o humanitarismo, marcou uma geração maçônica preocupada com o escravismo. Ao lado de emancipacionistas vamos encontrar, principalmente após a promulgação da lei do Ventre Livre, abolicionistas notórios como Joaquim Nabuco.<sup>5</sup> Apesar dos maçons abolicionistas, o comportamento da maioria dos maçons sempre foi na direção da abolição lenta e gradual, respeitando a propriedade. Não foi outro o comportamento dos positivistas brasileiros que, se não negavam o seu mestre, defendendo a eliminação da escravidão, propunham, como a maioria dos maçons, a moderação racional na questão do negro no Brasil.

Sem ser positivista, a Maçonaria

brasileira, naquele momento, confundiu-se com o positivismo, na busca da regeneração humana. A preocupação com o negro, com o federalismo e, finalmente com a República, entendida como progresso científico, pode ser, igualmente, encontrada, tanto nos pronunciamentos positivistas quanto nas atas de diversas lojas maçônicas. Entretanto, seria temerário identificar esta sede filosófica [positivismo] com a Instituição, pois a mesma, no Brasil, se apresentava muito mais contraditória do que se pode imaginar, daí a imensa dificuldade de se determinar, com segurança, a influência do pensamento brasileiro na Maçonaria no século XIX.

#### O TRABALHO EMANCIPACIONISTA

No que se refere à luta em favor da emancipação do negro escravo - *as fontes que estamos reunindo atestam esta obstinação dos maçons brasileiros* -, podemos afirmar que a Maçonaria atuou enquanto Instituição. São inúmeras as atas de lojas maçônicas determinando o pagamento de alforrias, o que permite concluir que os maçons defendiam a *emancipação*, dentro dos pressupostos da *gradualidade*, dentro da lei, da ordem e do respeito à propriedade. Atesta esta disposição, o ocorrido em 1874 na Loja Maçônica Lealdade e Brio.

Em correspondência de 5 de outubro de 1995, recebermos do maçom Nilton de Almeida, residente na cidade de Presidente Epitácio (SP) um boletim de sua autoria, comemorativo do centenário da LOJA MAÇÔNICA LEALDADE E BRIO, da cidade de Resende (RJ), datado de 11 de dezembro de 1970. Neste documento, encontramos a seguinte transcrição de uma ata de 1874:

*Dia 15 de outubro de 1874 -Sessão de Finanças-foi pedido um tronco<sup>6</sup> requerido pelo Ir. Umbelindo, para comprar carta de alforria da escrava de nome Benedita, com 12 anos presumíveis, que viera à porta da Loja pedindo misericórdia por estarem a sua procura, a fim de açoitá-la e reconduzi-la ao tronco. Corrido o Tronco de Beneficência, foi colhida a quantia de 200\$000 (duzentos mil reis) e a escrava libertada*

O autor do referido boletim ainda nos dá algumas informações, conseguidas com os membros mais antigos da Loja sobre esta alforria da escrava de nome Benedita:

*Isto é o que diz a ata do dia, mas contam*

*os Irmãos mais antigos que há anos passados comentavam os daquela época<sup>42</sup> que num dia de tempestade, quando se discutia as despesas da Loja, foram ouvidas fortes pancadas na porta da frente acompanhadas de gritos de socorro. O Irmão Umbelindo, Cobridor, foi atender e uma escrava, abraça-lhe as pernas e grita por socorro, pois vinham-lhe matar por ter fugido do tronco. O Irmão perguntou-lhe porque viera ter ali e a escrava conta-lhe que já fora em diversas casas, mas não atenderam-na e na última mandaram ir lá [na Loja] que seria atendida. Com o alarido, outros Irmãos foram saber o que se passava e a Sessão foi suspensa, ocasião em que chegaram o feitor de uma fazenda acompanhado de dois escravos que vieram ao encaço de Benedita. Entrando em entendimentos, foi tratado o preço de 200\$000 pela escrava. Procurando saber o que acontecera, o feitor contou que a escrava fingia-se doente e fora amarrada ao tronco para castigo, quando a menina, chorando em lágrimas convulsas, tremendo de febre, contara que há dias estava doente, não comia e não tinha mais forças para o trabalho, que a matassem mas pelo amor de Deus não a deixassem voltar para o tronco. Reaberta a Sessão, agora para resolver o caso de Benedita, foi corrido o Tronco de Beneficência e completada a quantia do preço ajustado pelo Irmão Umbelindo, o qual ficou responsável pela escrava. Até por volta de 1920 e mesmo depois, Benedita era apontada nas ruas de Resende, como a escrava que 'os Bodes' libertaram.*

Temos, ainda, dois episódios relatados pelo maçom Nilton de Almeida a respeito do trabalho em prol da emancipação do negro, levado a cabo por esta Loja da cidade de Resende. O primeiro se refere a uma lista, preparada no dia 28 de abril de 1878, para completar a quantia de 220\$000, tendo como finalidade alforriar um escravo de 3 anos de idade de nome Pedro, propriedade de João Carlos da Silva Siqueira que queria matá-lo por ter feito uma travessura, tendo ficado o dito escravo em poder do Irmão Magno. A carta de alforria foi obtida, segundo nos informa o autor do boletim, no dia 25 de junho do mesmo ano. O outro episódio relatado nos dá conta que em 1882, a Loja lançou um protesto público junto aos poderes municipais e à Corte, publicado num jornal da cidade a pedido do presidente da Loja, por terem sido mortos e esquartejados três escravos na praça da cadeia.

Nas atas desta Loja Maçônica, segundo foi observado por Nilton de Almeida, sempre consta que determinado irmão libertou uma criança ou uma preta velha e, especificamente, na ata de 01 de setembro de 1883, a criação de uma escola noturna, naturalmente para os menos favorecidos, a exemplo do § 3º do art. 3º do projeto de abolição de Rui Barbosa, apresentado à Loja América à consideração do Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos, de 4 de abril de 1870, que determinava:

*Ficam também obrigadas todas as oficinas brasileiras a empregar todos os esforços possíveis dentro da esfera de seus recursos pecuniários, a fim de divulgar ativamente a educação popular, criando nos seus competentes vales escolas gratuitas de ensino primário, já noturnas ou domingueiras para adultos de todas as classes, já diurnas e diárias para crianças de um e outro sexo.<sup>3</sup>*

Em 12 de março de 1996, o referido maçom passou a nos enviar as atas originais transformando, portanto, esta fonte secundária em primária.

Em 24 de junho de 1873 era fundada, em Recife (PE), a Loja *Segredo e Fraternidade* subordinada ao Grande Oriente Unido, liderado por Saldanha Marinho. Quando foi feita a fusão deste Grande Oriente com o Grande Oriente do Brasil, em 1882, esta Loja alterou o seu nome para *Cavaleiros da Cruz*. Em 1887, apresentou o seguinte projeto sobre a emancipação da escravatura no Brasil, que consta do teor da ata elaborada em 10 de outubro de 1887:

Cópia autêntica do projeto elaborado pela Loja Capitular Cavaleiros da Cruz em sessão realizada em 10 de outubro de 1887 sobre a emancipação da escravatura no Brasil:

#### PROJECTO

*A AUGUSTA LOJA CAPITULAR CAVALEIROS DA CRUZ RESOLVE O SEGUINTE:*

##### ART. 1º

*A contar do dia 7 de Novembro em diante, a nenhum Irmão d'esta Loja será permitido possuir escravos por qualquer título, devendo até libertar os que ainda tiver.*

##### ART. 2º

*Antes de qualquer iniciação ou filiação, o iniciado ou filiado tomará por escripto o compromisso de libertar todos os escravos que possuir ou haja de possuir.*

## ART. 3º

*Os Irmãos que tiverem escravos incluídos na libertação pelo fundo de emancipação na presente quota, poderão receber as importâncias das libertações; assignando também compromisso de não possuir mais escravos, nos termos do Artigo 2º, depois que receberem as aludidas importâncias.*

## ART. 4º

*Ao Irmão desta Loja fica, expressamente prohibido sob pena de eliminação, advogar, requerer ou promover qualquer medida contra o escravo; denunciar o seu esconderijo; castigar corporalmente ou consentir que alguém, que estiver sob a sua ordem castigue ao homem escravo; finalmente, praticar qualquer acto pelo qual reconheça o direito de um homem sobre o outro homem.*

## ART. 5º

*Solicitar dos Poderosos Soberanos da Maçonaria que a presente resolução seja generalizada a todos os Filhos da Viúva.*

## ART. 6º

*Qualquer Irmão que faltar ao cumprimento desta Lei, será considerado perjuro, conforme o juramento que prestou.*

*O Venerável*

SEBASTIÃO LOPES GUIMARÃES 33.  
O 1º Vigilante O 2º Vigilante  
ANTONIO CARDOSO FRANCISCO  
PAULINO DE ALMEIDA 18 CABRAL 18  
O Orador O Secretário  
ANTONIO TEIXEIRA DE EDUARDO  
GONÇALVES CARVALHO LISBÓIA 18 18

Descoberta pelo pesquisador maçônico Marcos Santiago, temos uma carta do Chefe de Polícia Caetano José de Andrade Pinto, datada de 15 de junho de 1875, encaminhada ao Grão-Mestre do Grande Oriente do Lavradio, Visconde do Rio Branco, relatando a situação do escravo Apolinário, branco, de 28 anos, então recém-chegado do Maranhão, propriedade de Alberto Ferreira da Silva Santos, e o pedido de intervenção da Maçonaria:

*E porque esteja convencido da philantropia desenvolvida, em casos tais, pelas Sociedades sob a direção Superior de V. Exª, vou rogar a V. Exª toda a benevolência a favor do infeliz Apolinário, certo de que aquelas Sociedades apreciarão o ensejo de pôrem em prática a elevada missão de beneficência aos desvalidos.*

Do mesmo documento consta o despacho do Grão-Mestre ao Grande Secretário, Dr. Luiz Antônio da Silva Nazareth, de 21 de

junho do mesmo ano, determinando que, ouvido a Comde Beneficência e o Ir Thezoureiro Geral informe qual o auxílio que podemos prestar e que muito desejo se realize.

Este despacho do Grão-Mestre vem comprovar que a Maçonaria brasileira atuou enquanto instituição na defesa da emancipação do negro dentro da ordem e da prudência gradualista.

Estas fontes aqui apresentadas, ao lado de inúmeras outras que estamos reunindo, estão a confirmar a proposta ilustrada da emancipação lenta e gradual do negro e o papel da Maçonaria brasileira. Apesar dos inúmeros maçons abolicionistas como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio,<sup>9</sup> não há como se falar de uma Maçonaria abolicionista, mas de um movimento emancipacionista lento e gradual iniciado na geração contemporânea da Lei Eusébio de Queirós<sup>10</sup> e concluído com a Lei Áurea, conforme atesta a ata da Loja Independência e Luz, de Barra Mansa.

Esta fonte é muito importante porque o ato se deu no dia 14 de maio de 1888, um dia após a promulgação da Lei Áurea. Essa sessão foi convocada extraordinariamente para comemorar a lei de abolição da escravatura no Brasil. Nessa ata é dito, pelo venerável, que

*(...) apesar da Maçonaria não ter podido abertamente advogar a causa dos cativos, esta idéia sempre vegetou no seu seio. Foi lembrado que partiu de um Grão-Mestre da Maçonaria a promoção da Lei do Ventre Livre<sup>11</sup> e que outro<sup>12</sup> acaba de promover a emancipação completa, libertando o país dessa instituição anti-humanista e nefasta.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente comunicação pretendeu dar continuidade a uma determinação pessoal de minimizar uma antiga defasagem entre estudos maçônicos e estudos históricos em geral. Como alertamos na Introdução, esperamos estar contribuindo para acabar com a dicotomia entre os historiadores acadêmicos que com frequência mencionam a Maçonaria sem conhecê-la bem e os estudiosos maçons que, desconhecendo os métodos de trabalho do historiador e as modernas tendências e novas abordagens da historiografia, produzem trabalhos pouco críticos que não ultrapassam o nível da história factual.

Não poderíamos deixar de mencionar outra tentativa de resgatar o estudo da Maçonaria, que foi a realização em 1992 do

75

*Primeiro Curso de Extensão Sobre a História da Maçonaria na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esperamos que este nosso esforço - ocupar o espaço universitário - permita vôo mais alto. Que outros pesquisadores desenvolvam e propaguem este estudo, seja nas Lojas Maçônicas, seja nas Universidades brasileiras.*

**NOTAS:**

1 - João Cruz Costa. "O pensamento brasileiro sob o império" in *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II, 3º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

2 - Idem, p. 330.

3 - Sérgio Buarque de Holanda. "Da Maçonaria Ao Positivismo" in *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II, 5º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

4 - Idem, p. 289.

5 - Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. 19/08/1849 + 17/01/1910 (Washington). Iniciado

na mesma Loja de Rui Barbosa: Loja América, de São Paulo, em dezembro de 1868.

6 - Coleta de dinheiro.

7 - Apelido pejorativo dado aos maçons.

8 - Cif. *Obras completas de Rui Barbosa*, v. I. t. I. Primeiros Trabalhos.

9 - Seu nome consta em publicações e documentos do GOB. Membro da Loja "União e Tranquilidade nº 2".

10 - O Conselheiro Eusébio de Queirós era maçom. A comprovação pode ser feita no discurso proferido pelo "irmão" Antônio Alves Coruja, in *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, março de 1872, p. 108.

11 - Visconde do Rio Branco.

12 - João Alfredo Correa de Oliveira, eleito Grão-Mestre em 1881 no lugar do visconde Rio Branco; falecido em 1880. João Alfredo foi presidente do penúltimo gabinete imperial, cabendo-lhe o privilégio de chefiar o Ministério da Abolição.